

**PADRÃO DEFINITIVO DE RESPOSTA DA AVALIAÇÃO DISCURSIVA PARA O CARGO DE CONTADOR (AESGA)**

A questão deverá ser respondida conforme o item 1.2.2 e o Capítulo 8 – Avaliação Discursiva do edital da AESGA. A prova discursiva, nos termos do item 8.2, conterá 1 (uma) questão em formato de estudo de caso, com tema do bloco de Conhecimentos Específicos de Contador (Anexo II), valendo até 40 pontos. Nos termos do item 8.7, a resposta deve conter entre 20 e 30 linhas.

**TEXTO DE REFERÊNCIA:****LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 1º - Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º - A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

**ESTUDO DE CASO E QUESTÃO:**

Analise a seguinte situação:

O órgão público promoveu a ampliação de seu quadro de pessoal mediante contratações temporárias realizadas sem processo seletivo público, com fixação arbitrária de vagas e ausência de comprovação de excepcional interesse público, em afronta ao art. 37, IX, da Constituição. Constatou-se que as atividades desempenhadas possuem natureza permanente e típica de cargos efetivos, cujo provimento exige concurso público, evidenciando desvio da finalidade da contratação temporária. Verificou-se, ainda, que tais admissões elevaram a despesa total com pessoal em 33% acima do limite prudencial, em violação aos limites da Lei Complementar nº 101/2000, além de não estarem previstas na Lei Orçamentária Anual, configurando irregularidade orçamentário-fiscal.

Responda à questão a seguir:

Com base nos conhecimentos de Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), identifique as **irregularidades** praticadas pelo órgão público na situação apresentada. Em seguida, proponha **medidas de prevenção e correção** capazes de **evitar** a reincidência dessas condutas.

**RESPOSTA PRELIMINAR PADRÃO – MODELO**

A situação apresentada evidencia múltiplas irregularidades de natureza constitucional, administrativa e fiscal. Inicialmente, verifica-se afronta ao art. 37, IX, da Constituição Federal, pois as contratações temporárias ocorreram sem processo seletivo simplificado, com número arbitrário de vagas e sem demonstração de excepcional interesse público, configurando desvio de finalidade e usurpação de funções próprias de cargos efetivos. No âmbito financeiro e orçamentário, constata-se violação à Lei Complementar nº 101/2000, uma vez que o aumento das admissões provocou elevação da despesa total com pessoal em 33% acima do limite prudencial, descumprindo os arts. 19, 20 e 22 da LRF, os quais impõem limites, condicionantes e vedações para expansão de gastos com pessoal. Ademais, as contratações não estavam previstas na Lei Orçamentária Anual, configurando execução orçamentária irregular, em desacordo com os arts. 15, 16 e 17 da LRF, que exigem prévia estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de adequação orçamentária.

Como medidas preventivas e corretivas, o órgão deve promover a imediata suspensão de novas admissões irregulares e elaborar plano de redução da despesa com pessoal para retorno aos limites da LRF, observando as providências dos arts. 22 e 23, como restrição a horas extras, exoneração de contratados e comissionados e revisão de vantagens. Deve, também, instituir planejamento de pessoal alinhado ao PPA, LDO e LOA, adotando critérios transparentes e seleções públicas para contratações temporárias. Recomenda-se, ainda, instaurar concurso público para provimento dos cargos de natureza permanente, fortalecer mecanismos de controle interno e garantir a conformidade das despesas futuras com metas fiscais, limites legais e adequada previsão orçamentária, prevenindo a reincidência das irregularidades.

A Banca Examinadora informa que serão devidamente apreciadas as informações, os argumentos e os direcionamentos adotados por cada candidato. Ressalta-se que os pontos de vista, informações e argumentos apresentados, ainda que não previstos expressamente neste referencial de respostas, serão considerados e valorizados **sempre que evidenciem relação com o problema proposto**. Ademais, será especialmente valorizada a produção de respostas de caráter técnico.